

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.816.679 - AL (2019/0139809-0)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**RECORRENTE : DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE**  
**TRANSPORTES - DNIT**  
**RECORRIDO : JOSEFA OLIVEIRA LIMA FLORIANO**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. AÇÃO DE DESPEJO E REMOÇÃO DE BENFEITORIA ÀS MARGENS DE RODOVIA FEDERAL. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO CONFIGURAÇÃO. ALEGAÇÕES ENVOLVENDO AS CONCLUSÕES DO LAUDO PERICIAL E A LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7/STJ. OFENSA REFLEXA À LEI FEDERAL. QUESTÃO ENVOLVENDO LEGITIMIDADE PARA REIVINDICAR O IMÓVEL CONTROVERTIDO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região assim ementado:

ADMINISTRATIVO. DEMOLIÇÃO DE BENFEITORIAS. LAUDO PERICIAL. CONSTATAÇÃO DE IMÓVEL FORA DA ÁREA DE DOMÍNIO E NÃO-EDIFICÁVEL. DÚVIDA SOBRE A PROPRIEDADE DA ÁREA. ILEGITIMIDADE DO DNIT. REMESSA E APELO IMPROVIDOS. 1. Remessa necessária e apelação interposta pelo DNIT em face de sentença que improcedente a demanda, não reconhecendo o direito da apelante demolir imóvel ocupado pela recorrida, sob o fundamento de não estar situado em faixa de domínio e área não-edificável da rodovia BR-316, na alça de acesso ao município de Palmeira dos Índios/AL. 2. Compulsando as provas produzidas nos autos, especialmente o laudo pericial, verifica-se que o imóvel em testilha sequer está localizado dentro da faixa de domínio e da área não edificável da rodovia BR-316, situando-se a 100 metros do eixo central da citada rodovia e, portanto, fora dos 50 metros da zona que legitimaria o pleito da autarquia, não tendo o DNIT demonstrado a suposta imprecisão da constatação pericial que pudesse diminuir seu valor probatório. 3. Outrossim, o laudo pericial aponta que há dúvida acerca da correta propriedade do imóvel ocupado pela recorrida, a qual o DNIT reivindica como área desapropriada por meio da Portaria n.º 53/DES, de 15/03/1978. 4. Nesse passo, percebe-se que o DNIT não adotou as diligências mínimas necessárias para a correta identificação do proprietário da área que almeja demolir as benfeitorias nela situadas, havendo dúvida plausível quanto à

natureza pública da área ocupada pela apelada, bem como tampouco possui legitimidade para reivindicar e promover a defesa da propriedade de bens da União, devendo ser reclamada pela via judicial adequada a ser promovida pela própria União, e não pelo DNIT, o qual apenas possui a atribuição para administração patrimonial dos bens imóveis da União, nos termos do Decreto n.º 8.376/2014. 5. Remessa necessária e apelação improvidas.

Os embargos de declaração foram rejeitados. No recurso especial, o recorrente aponta violação aos seguintes dispositivos: (a) art. 1.022 do CPC/2015, aduzindo que não foram sanados os vícios apontados nos embargos de declaração; (b) art. 322, § 2º, e 489, VI, do CPC/2015, ao argumento de que o acórdão proferido não enfrentou todos os argumentos deduzidos no processo, capazes de infirmar a conclusão adotada pelo julgador, pois *"desde o início a demanda veio instruída com a documentação comprobatória da desapropriação da área objeto da ação, bem como foi discutida essa questão, no curso do processo e na perícia realizada (não obstante esta tenha sido inconclusiva a respeito das matrículas imobiliárias examinadas)"* (fl. 704-e); (c) art. 50 da Lei 9.503/1997 e 4º, III, da Lei 6.766/1979, tendo em vista que *"o acórdão proferido (...) adotou a falsa 'premissa' de que a faixa de domínio no local seria de apenas 35 m, quando resta devidamente demonstrado nos autos que, no caso concreto, a área da faixa de domínio objeto dos autos não pode ser confundida com a área formada pela distância do eixo da rodovia aos lados (definição mais usual de faixa de domínio)"* (fl. 710-e); e (d) art. 4º do Decreto 4.128/2002 e 1º do Decreto 8.376/2014, aduzindo que possui legitimidade para a propositura da presente demanda, conforme acórdão já transitado em julgado.

Houve contrarrazões.

É o relatório. Passo a decidir.

Antes de mais nada, necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

A insurgência não prospera.

Relativamente à alegada violação ao art. 1.022 do CPC/2015, sem razão o recorrente. Como se sabe, cabe ao magistrado decidir a questão de acordo com o seu livre convencimento, não estando obrigado a rebater um a um os argumentos apresentados pela parte quando já encontrou fundamento suficiente para decidir a controvérsia.

No caso, bem ou mal, certo ou errado, a Corte de origem decidiu a controvérsia de modo integral e suficiente ao consignar que o imóvel objeto da controvérsia está fora da faixa de domínio; que o DNIT não adotou as diligências necessárias para a correta identificação do proprietário da área controvertida; que o DNIT não tem legitimidade para reivindicar área pertencente à União; e que não houve vício na instrução probatória do feito, inclusive com a realização de inspeção judicial.

Assim, não remanescendo omissão sobre ponto relevante para o deslinde da causa, desnecessária a anulação do acórdão dos embargos de declaração.

Quanto ao mais, as questões da recorrente resumidas nos itens *b* e *c* do relatório da presente decisão não podem ser examinadas no recurso especial, pois pressupõe a revisão das premissas fáticas adotadas pelo acórdão recorrido para decidir a causa, a saber: (i) o imóvel objeto da controvérsia não está localizado dentro da faixa de domínio

e de área não edificável de rodovia federal; e (ii) o laudo pericial juntado aos autos indica dúvida sobre a correta identificação do imóvel que teria sido desapropriado por meio da Portaria 53/DES, de 15/3/1978.

Com efeito, para rever tais conclusões, necessário seria novo exame do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada nesta seara, nos termos da Súmula 7/STJ.

Sem embargo desse óbice sumular no que importa ao tema da largura da faixa de domínio, a alegação da recorrente lançada à fl. 709-e de que lhe compete estabelecer a medida da faixa de domínio revela que eventual ofensa à lei federal pelo acórdão recorrido ocorreria de modo apenas reflexo.

Por fim, como não há condições, em sede de recurso especial, de infirmar o fundamento do acórdão recorrido de que não foi apontada com segurança de quem é a propriedade do imóvel objeto de controvérsia, não se vislumbra interesse da recorrente de discutir as alegações resumidas no item *d* do relatório acima.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015 c/c o art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, conheço em parte do recurso especial para, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES  
Relator